Turismo rural: o exemplo do Brasil

Valéria Maria de Souza Lima
Glaucio José Marafon

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LIMA, V. M. S., and MARAFON, G. J. Turismo rural: o exemplo do Brasil. In: MARAFON, G. J., FACCIOLI, M., and SÁNCHEZ, M. A., ed. *Patrimônio, território e turismo no Brasil, Costa Rica e Itália* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 221-238. ISBN: 978-65-00-03032-7.
<https://doi.org/10.7476/9786500030327.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

Turismo rural: o exemplo do Brasil

Valéria Maria de Souza Lima¹

Glauccio José Marafon²

Introdução

A diversidade geomorfológica, ambiental, paisagística e cultural do território brasileiro propicia grande valor turístico, capaz de atender a diferenciados segmentos e motivações. Nesse contexto, destaca-se como potencial ainda a ser melhor compreendido o turismo que decorre da experiência vivenciada no campo, em especial daquela relacionada às atividades que encontram interface com práticas rurais e na natureza que não são, essencialmente, consideradas turísticas. Encontram-se, nesse âmbito, os pequenos produtores de orgânicos e de flores, os apiários, os microfabricantes de queijos e doces, além dos organizadores de eventos que reproduzem manifestações fortalecedoras das culturas locais e regionais. Estes são exemplos, entre outros, de como o turismo se evidencia no espaço rural, traduzindo-se em possibilidade de complementação de renda para os que dele se apropriam e sinalizando, em alguns casos, como novas marcas de destinos.

Entretecendo uma teia de esperança para enfrentar a crise econômica, sociocultural e ética que tomou o país nos últimos tempos, o turismo no espaço rural ressurgiu no cenário de alguns estados brasileiros como mais uma oportunidade para repensar não só práticas, mas, sobretudo, valores. Nesse âmbito, assiste-se à retomada de projetos que se apoiam nos sinais de despertar de ofertas estimuladas pela sensação de autoestima e pertencimento, e no interesse crescente de demandas ávidas por um espaço que congregue natureza, sossego e segurança – o campo.

Contudo, esse espaço parece ser ainda pouco compreendido ou percebido em suas nuances e particularidades, apresentando-se, portanto, desqualifica-

¹ Secretária de Estado de Turismo. Doutoranda do PPGEU/UERJ. E-mail: vmslima@gmail.com.

² Professor Associado IGEOG/UERJ. Pesquisador CNPq/CNE. E-mail: glauciomarafon@hotmail.com.

do para receber bem um turista contemporâneo, ansioso e estressado, desejoso de experiências sinceras, de trocas verdadeiras e de novas e simples descobertas, mas com algum conforto e acesso a facilidades.

Esse movimento de retomada do rural no contexto do mercado turístico estimula a reflexão sobre o comportamento das políticas públicas no Brasil, a partir das novas premissas e metas destacadas no Plano Nacional de Turismo – 2018/2022, aprovado pelo Decreto n.º 9.791/19.

Cabe revisar, em alguma medida, o panorama do turismo no espaço rural do país, abrindo caminhos para pensar as forças e fragilidades desse segmento diante do quadro socioeconômico nacional, das novas demandas turísticas e do papel das políticas públicas nesse contexto. Destarte, nesse artigo, pretendemos evidenciar como o turismo rural vem se estruturando no país, com a emergência das novas ruralidades no campo e sua apropriação pelo segmento do turismo, a partir de exemplos que ocorrem no território brasileiro.

O campo e as novas ruralidades

As reflexões sobre o turismo rural no Brasil solicitam antes uma melhor compreensão sobre a que rural nos referimos, quanto mais em tempos de mudanças globais e locais aceleradas, com implicações irrevogáveis, mas particulares, nos cenários social, ambiental, cultural e econômico dos lugares.

No esforço para clarear a observação deste fenômeno, o turismo rural, cabe trazer um pouco de luz às relações entre capital e trabalho e suas implicações no campo e, em especial, na produção agrícola familiar. Nesse aspecto, Schneider (2003) nos apresenta a pluriatividade como a manifestação mais expressiva das novas funções assumidas pelo espaço rural.

Se no período fordista parecia bem delineada e definida a função do produtor agrícola, nos tempos atuais o espaço rural se abre cada vez mais a novas possibilidades e arranjos, abrigando múltiplas atuações.

Schneider (2003) apoia a tese que evidencia a pluriatividade como elemento essencial de uma nova realidade no campo em debates da Sociologia da Agricultura, concordando com os estudos de C. Kasimis e A. G. Papadopoulos (apud Schneider, 2003) acerca dos processos de “rurbanização” integrantes da “des-agricultura” e da reestruturação do mundo rural.

Os anos 1990 acenariam, assim, com uma espécie de “nova ruralidade”, apresentada pelo encolhimento das produções agrícolas associado a estratégias

de integração socioeconômica das populações rurais, que passam a encontrar respostas na expansão de novas atividades em que se inclui o turismo.

Reforçando a nova ruralidade, as tendências de consumo alargam-se para o desejo de aquisições materiais e imateriais no universo do folclore, das festas, da gastronomia, do artesanato, da paisagem e da apropriação da natureza. Considerando que o turismo rural no Brasil movimentava fluxos regionais ou nacionais, vale observar o surgimento de novas orientações, motivações e hábitos de viagem dos brasileiros (MTur, 2009), para estabelecer relações com as especificidades da segmentação turística.

Nessa lógica, surge outra perspectiva de espaço e tempo na configuração do rural, que transborda dos objetos reconhecidos como rurais e agrícolas, e traz a atenção para que não se perca a conexão daqueles com as novas formas de apropriação do espaço rural.

É evidente que esse fenômeno é diverso em formas e lugares, expressando-se com maior ou menor vigor em certos territórios.

No exemplo do Brasil, Graziano da Silva (2002) apresenta o novo rural a partir das seguintes influências:

- I. A modernização da agropecuária e o surgimento do *agribusiness*;
- II. A expressão de diversas atividades de subsistência que transitam pela agricultura rudimentar e pela criação de pequenos animais, decorrente da exclusão de trabalhadores rurais do processo de modernização;
- III. A expansão das funções não agrícolas que resultam em atividades industriais e serviços relacionados a moradia e lazer;
- IV. A valorização de atividades agropecuárias em nichos específicos de mercado, tais como piscicultura, horticultura, floricultura etc., e de atividades rurais não agrícolas que decorrem da urbanização do espaço rural, e que se relacionam com turismo, lazer, moradia, preservação ambiental etc.

Essas novas atividades rurais advindas desse contexto, sejam agrícolas ou não agrícolas, intensivas e de pequena escala, propiciam o surgimento de oportunidades para pequenos produtores, fazendo emergir as famílias pluriativas. Estas ocupam-se de atividades agrícolas, não agrícolas e, até mesmo, urbanas, dentro e fora de seus estabelecimentos, com funções assalariadas ou empreendedoras.

Cristóvão et al. (2014) destacam que diante de novas, ou pós-ruralidades, como designam os anglo-saxões, há um encontro dos turistas não só com os residentes rurais, mas também com os chamados neorrurais, antigos moradores que regressam às suas cidades de origem ou moradores recém-chegados, ambos em busca de melhor qualidade de vida. Disto resultaria a importância de observar o rural sob a ótica de alargamento, globalização e urbanização territorial. Nessa redefinição do rural sob o enfoque contemporâneo, interviriam os neorrurais, os novos camponeses e os rurbanos também com contribuições ideológicas de renaturalização e de patrimonialização cultural.

Os autores destacam que, nesse contexto, o turismo rural seria uma estratégia de mercado com oferta de valores perdidos nas grandes cidades, servindo para ativar repertórios culturais até então pouco conhecidos ou mesmo menos-prezados. Assim, o rural passaria a circular em espaços globais, ofertando pacotes emocionais que proporcionariam “tradição, autenticidade, naturalidade, alterotropia” (Cristóvão et al., 2014, p. 6).

Desse modo, a turistificação como apropriação do espaço pelo turismo ganha força e, atendendo a uma dinâmica crescentemente competitiva, forja novos produtos para atender ao ritmo e ao clima do campo, embalados pela percepção de segurança, hospitalidade e caracteres familiares, caseiros e artesanais. Como lembra Balastrei Rodrigues (2006), essa experiência turística é alimentada, ainda, pela memória de outras vivências e por expectativas, tudo isto fortalecido pelas campanhas de marketing e de publicidade.

Graziano da Silva e Del Grossi (1999, p. 2, grifos dos autores) bem descrevem

um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os neorrurais (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo) ao lado dos assentados (ex sem-terra) e daqueles denominados *sem-sem* (sem-terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização).

Os autores chamam este processo de “mercantilização do tempo livre” das famílias rurais, uma vez que o tempo não ocupado com as atividades agrícolas e dedicado a atividades não agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos etc.) cresce e passa a ser empregado com o objetivo

de que os produtos advindos dessas atividades possam ser comercializados para complementação de renda. É assim que, no final do século XX, as atividades agropecuárias já não respondiam mais pela maior parte da renda da população rural brasileira (Graziano da Silva e Del Grossi, 1999).

O novo rural brasileiro e o turismo

É este o cenário do Brasil, realidade sobre a qual adverte Alentejano (2000) no que diz respeito ao processo de transformação no campo e que implica em um “novo rural”.

Mas o autor busca identificar o limiar desses movimentos, investigando o que de fato há de novo neles e toma como marco desse processo de mudança o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, lançado pelo Governo Federal em 1999, onde se afirmam propostas de uma nova era de desenvolvimento rural no país.

Com base no modelo francês, que prioriza a agricultura de base familiar, aquele documento justifica as políticas de apoio a esse segmento para a garantia da segurança alimentar, geração de empregos (mesmo que não agrícolas), preservação do meio ambiente e das tradições culturais e redução do êxodo rural. Outras formulações em que a agricultura deixa de ter centralidade relacionam-se com práticas ambientalmente sustentáveis e com o turismo no espaço rural.

No entanto, nesse caminho existem contradições e tensões, e se há indícios claros que apontam para novos paradigmas de desenvolvimento no campo brasileiro, com destaque para a “valorização da agricultura familiar, pluriatividade e práticas agronômicas ambientalmente mais saudáveis”, não se pode deixar de observar também “a permanência da concentração fundiária, do êxodo rural, do domínio do grande capital agroindustrial no campo, do empobrecimento dos agricultores familiares” (Alentejano, 2000, p. 105).

Ao analisar a questão da pluriatividade, Schneider (2009) ressalta a importância do projeto Rurbano,³ cujos estudos clarearam o entendimento de que o espaço rural não se restringe à produção agrícola, e evidenciaram o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro.

³ “O Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99” analisa as transformações nas relações urbano-rural em onze estados brasileiros. As pesquisas foram iniciadas em 1996.

Outra consideração importante refere-se à diferenciação entre a pluriatividade no meio rural, quando os indivíduos que formam uma família optam por combinar duas ou mais ocupações, sendo uma delas na agricultura, ou escolhem trocar o trabalho agrícola pela ocupação não agrícola, ainda que permaneçam residindo no campo.

Quanto a isso, o autor assevera que os programas de estímulo às atividades não agrícolas, como a prestação de serviços, o turismo rural, o artesanato e outros, podem não implicar a expansão da pluriatividade das famílias, pois pode haver uma transição direta da ocupação em atividades agrícolas para atividades não agrícolas (Schneider, 2009).

Schneider (2009) identifica os principais fatores que incentivam a pluriatividade, quer sejam a modernização técnico-produtiva da agricultura, os processos de terceirização e crescimento da prestação de serviços no meio rural, a queda acentuada das rendas agrícolas, as mudanças nos mercados de trabalho, a sua característica intrínseca de agricultura familiar e, finalmente, políticas de desenvolvimento rural, que estimulam atividades não agrícolas nesse meio, tais como o turismo, entre outras.

Quanto aos estudos do Rurbano, Schneider (2009) indica a existência de experiências embrionárias de apoio ao turismo rural, ecológico, étnico-cultural (indígenas, quilombolas, povos tradicionais) e às agroindústrias familiares rurais no Brasil. Tais iniciativas, além de incentivarem formas de ocupação em atividades não agrícolas, podem oferecer alternativas de trabalho e renda para as populações das áreas rurais (Schneider, 2009).

É na terceira etapa do Projeto Rurbano que Campanhola e Graziano da Silva (2004) aprofundam a análise das transformações ocorridas no rural brasileiro. Entre os aspectos que se observam, estão as novas atividades rurais, em que se inclui o turismo rural e seus impactos.

Panorama do turismo rural no Brasil

Decorrentes de todas as mudanças havidas no campo, as novas atividades não agrícolas nas áreas rurais que envolvem o turismo são bastante diversificadas e crescentes em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Graziano da Silva et al. (1988) discorrem sobre exemplos dessas experiências e referem-se a algumas peculiaridades em países distintos, que também podem ser observadas nas práticas brasileiras.

Em seus estudos, os autores relatam que a origem do turismo rural nos Estados Unidos foi marcada pelos rancheiros, pela oferta de caça e pesca e pela falta de infraestrutura. Dessa forma, esse tipo de empreendimento evoluiu para outros serviços e atividades na medida em que o negócio crescia.

A hospedagem de visitantes em áreas rurais pode ser igualmente observada na Austrália, Nova Zelândia e em vários países da Europa – servindo a França e a Itália de exemplos para o Brasil, por suas propriedades rurais produtoras de queijos e vinhos, com oferta de hospedagem e vivência do processo produtivo.

Já a Escócia é conhecida pela oferta de hospedagem em destilarias de uísque, e Portugal pela hospedagem em casas de família (turismo de habitação), casas rústicas (características do meio rural) e casas integradas ao trabalho agrícola (agroturismo). Também, na Argentina, o turismo rural teve início com a hospedagem em grandes propriedades e sítios, visando à complementação da renda advinda das atividades pecuárias.

Graziano da Silva et al. (1988) também relatam as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, ao longo dos anos, em estabelecer bases conceituais mais claras para a atividade turística no meio rural. Conforme explicam os autores, em 1994, adotou-se oficialmente um conceito múltiplo que integrava características como diferente, interior, doméstico, integrado, endógeno, alternativo, agroturismo, verde, com base no Manual Operacional do Turismo Rural de iniciativa da Embratur (Embratur apud Graziano da Silva et al., 1998).

Em uma lógica similar, observamos o lançamento, em 2004, das “Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural”, editadas pelo Ministério do Turismo, que apontam o Turismo Rural com a “proposta de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida tradicionais, a ruralidade e o contato harmonioso com o ambiente natural” (MTur, 2004, p. 8). Naquela época, como é informado, havia pouco mais de vinte anos que aquela prática do turismo rural vinha sendo exercida no Brasil como atividade econômica.

Também no mesmo período, constatamos que o Turismo Rural é inserido no Plano Nacional do Turismo – 2003-07 (MTur, 2007) – como aposta de que venha a contribuir para a diversificação da oferta turística, a geração de postos de trabalho e renda, a valorização da pluralidade e das peculiaridades regionais, a consolidação de produtos turísticos de qualidade e a interiorização da atividade turística.

Ainda segundo as Diretrizes do Ministério do Turismo, as iniciativas de profissionalizar o segmento no país foram observadas a partir da década de 1980, notadamente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O crescimento do turismo na natureza cresce, contudo, de modo empírico, com carências relativas ao ordenamento e com múltiplas concepções.

Ao final dos anos 1990, são verificadas crescentes iniciativas empreendedoras no segmento, inicialmente frágeis, em face do planejamento precário e com interferências ambientais bastante negativas. A partir de então, houve maior amadurecimento da atividade no Brasil, fazendo surgir empreendimentos e propostas que, embora esbarrassem em dificuldades, se firmaram cada vez mais em um cenário propício à revalorização do campo e de seus recursos.

Nas Diretrizes vamos encontrar, ademais, a justificativa para a expansão do turismo em áreas rurais no Brasil como uma comunhão de interesses, residindo no produtor rural a necessidade de complementar sua fonte de renda e nos turistas a vontade de conviver com a natureza, reencontrar raízes, resgatar tradições e costumes.

As Diretrizes referem-se, ainda, ao processo de debates e estudos engendrados sobre o turismo no espaço rural brasileiro ao longo do tempo, tendo culminado com a chamada Carta de Santa Maria,⁴ que registra recomendações sobre a importância da atenção pública com o setor, bem como da necessidade de integração entre os diversos atores e entidades envolvidos com o segmento. Outros estudos decorreram daquela iniciativa, tais como oficinas nas macrorregiões brasileiras, culminando, anos depois, com a publicação das Diretrizes.

Conceitualmente, o turismo no espaço agrário está colocado naquele documento como um recorte geográfico que insere o Turismo Rural, cujos aspectos centrais referem-se ao “turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade” (MTur, 2004, p. 11).

Graziano da Silva et al. (apud Embratur, 1998) já haviam denominado de “turismo em áreas rurais” ou “turismo no meio rural” as atividades desenvolvidas no interior das propriedades rurais (turismo rural e agroturismo), bem como atividades de lazer realizadas no meio rural (ecoturismo e outros), mas externas às atividades agrícolas.

⁴ A Carta de Santa Maria resultou de debates promovidos durante o I Congresso Internacional de Turismo Rural, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em maio de 1998.

Seguindo nesta linha, em 2008, o Ministério do Turismo lançou o caderno de “Orientações Básicas para o Turismo Rural”, reeditado em 2010. Em sua última versão, o documento reitera a importância do turismo rural para as socioeconomias locais, mas adverte que o desenvolvimento dessa atividade no país depende da resolução de um quadro de “precariedade de infraestrutura no meio rural, baixa qualificação profissional, falta de preparo de agências e operadoras para lidar com o segmento, falta de legislações e regulamentação específicas” (MTur, 2010, p. 15).

Conceitualmente, o MTur (2010, p. 17) reforça o conceito, quando estes esclarecem que o turismo no espaço rural abarca

todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

Quanto ao Turismo Rural, o MTur (2010, p. 18) mantém o conceito já exposto nas Diretrizes de 2004, considerando que esse subsistema do turismo no espaço rural é

o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Vale ressaltar que Graziano et al. (apud Embratur, 1998) são enfáticos ao esclarecerem a importância da atividade turística no campo, a despeito de estarem ou não relacionadas com a dinâmica agrária, mas estabelecendo as bases conceituais de distinção:

As atividades ligadas a estas outras modalidades de turismo – em particular ao ecoturismo – podem vir a ser fontes alternativas de renda para algumas propriedades rurais em determinadas situações especiais onde as atividades agropecuárias são restritas ou mesmo não podem ser praticadas, como é o caso das áreas naturais preservadas de regiões como a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica. Mas, em geral, são empreendimentos que se instalam na zona rural sem nada

ter a ver com a dinâmica agrária da região. Eles devem ser analisados dentro da ótica das ‘novas funções’ que o meio rural vem adquirindo além das atividades agrícolas tradicionais, como a de propiciar bens e serviços não-materiais, lazer, conservação do ecossistema e dos recursos naturais, educação ambiental, proteção da paisagem, manutenção do território, etc. Já as atividades associadas ao agroturismo, a fazenda-hotel (que é diferente do hotel-fazenda), o pesque-pague, a pousada, o restaurante típico, as vendas ‘diretas do produtor’, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo – podem ser consideradas uma estratégia de diversificação das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não agrícolas para fazer frente à queda de rentabilidade dos seus negócios tradicionais. O importante é que são atividades que geram ocupações complementares às atividades agrícolas e continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade rural, em menor ou maior intensidade. Elas devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar limpo, etc) (Graziano et al., 1998, p. 119).

Alguns exemplos de iniciativas brasileiras

No esteio de pensar o turismo no espaço rural, com todas as suas potencialidades, o Ministério do Desenvolvimento Agrário associou-se ao Ministério do Turismo, em 2008, para o lançamento dos “Caminhos do Brasil Rural: agricultura familiar, turismo e produtos associados” (MTur e MDA, 2008).

O caderno seleciona roteiros, por macrorregião brasileira, vistos como exemplos de sucesso no empreendimento de práticas preocupadas com o resgate de culturas tradicionais, valorização da gastronomia típica e produção sustentável de alimentos, associadas ao turismo. O roteiro integra sítios, comunidades, artesanato, mercado municipal e atividades na natureza.

Na Região Norte, destaca o exemplo de valorização da cultura indígena, no município de Rio Preto da Eva, Amazonas, com atividades de pesca em tanques naturais, colheita de flores tropicais e de frutas, gastronomia típica e manifestações culturais com danças.

Na Região Nordeste, a Paraíba é apresentada por meio de artesanato, danças e festas tradicionais. Tanto na capital quanto nas proximidades do ser-

tão do Cariri, há roteiros de apreciação gastronômica, trilhas ecológicas e rurais em plantações de orgânicos, encontro de quadrilhas, cortejos de carroças, visita à usina de leite de cabra e curtumes coletivos. Na capital, o roteiro mostra a zona rural do Vale do Gramme, e no interior, apresenta as cidades de Serra Branca e Cabaceiras, com elementos da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão.

Na Região Centro-Oeste, o Mato Grosso convida ao convívio com o rio e a lida na agricultura pelas comunidades ribeirinhas de São Gonçalo Beira-Rio e Bom Sucesso, ressaltando a riqueza do artesanato e as danças do siriri e cururu, contemplação do rio e atividades de pesca, cavalgada, ordenha e trilha em comunidade de assentamento da reforma agrária.

Na Região Sudeste, mostra-se a Serra Capixaba, com as referências de sucesso de Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins, pioneiros nacionais em turismo rural na década de 1980. A região foi colonizada por imigrantes italianos e alemães e é *benchmarking* em boas práticas no segmento rural, com alternativas de hospedagem, gastronomia e atividades diversas.

Na Região Sul, o caderno apresenta as Encostas da Serra Geral de Santa Catarina, exemplo de acolhimento e aconchego em propriedades de agricultores familiares nas comunidades de Rancho Queimado, Anitápolis e Santa Rosa de Lima. Descendentes de imigrantes alemães, integram-se à Associação Acolhida na Colônia,⁵ da rede francesa Acquiél Paísan, presente em quinze países. Também referência nacional em turismo rural, o roteiro inclui hospedagem e gastronomia em ranchos, trilhas, atividades de aventura, agricultura ecológica e cooperativa.

Na observação do sentido empreendedor do turismo em áreas rurais no Brasil, outra publicação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) mostra exemplos que compõem o “Retrato do Turismo Rural no Brasil com foco nos pequenos negócios” (SEBRAE, 2013).

O estudo relaciona 122 empreendimentos de turismo rural, com concentração maciça na Região Sul do país (55% no Rio Grande do Sul, 24% em Santa Catarina e 18% no Paraná), seguidos da Região Sudeste (8% no Espírito Santo, 8% em São Paulo e 3% no Rio de Janeiro).

Segundo o estudo, este é o perfil sumário dos empresários do Turismo Rural no Brasil (SEBRAE, 2013):

⁵ A Acolhida na Colônia busca valorizar o modo de vida no campo por meio do agroturismo ecológico (MTur e MDA, 2008).

- a) São, na maioria, do sexo feminino (54,2%);
- b) A faixa etária predominante está entre 25 e 59 anos (71,2%), com participação significativa de pessoas com 60 anos ou mais (25,4%);
- c) A escolaridade é elevada (45,8% com ensino superior completo ou não);
- d) Na maioria, são proprietários das terras em que trabalham (93,1%), desenvolvendo atividades de cultivo de hortifrutigranjeiros (74,1%), pecuária (21%) e lavouras ou produção de vinhos (13,8%);
- e) São relativamente novos no setor: atuação há menos de 5 anos (27,12%) e de 5 a 10 anos (30,5%);
- f) Na grande maioria, a atividade desenvolvida é eminentemente familiar (88,1% dos casos), envolvendo a participação de três ou mais pessoas da família (86,6%);
- g) Não é comum a contratação de empregados (46,4%).

Os estudos do SEBRAE revelam também que as atividades de turismo rural oferecidas nas propriedades empreendedoras estão fortemente relacionadas às práticas cotidianas da agricultura familiar, servindo como complementação de renda. As principais atividades ofertadas são:

- a) Visitas a áreas das propriedades e aos espaços de produção, com a integração do visitante às atividades rurais (61%);
- b) Oferta de alimentação (51%);
- c) Colheita de produtos (39%);
- d) Degustação da produção (38%);
- e) Passeios em trilhas e/ou caminhadas (32%);
- f) Hospedagem (31%);
- g) Atividades culturais (22%).

O relatório mostra que é comum a comercialização de produtos (81,6%), tanto próprios quanto de outros produtores regionais. Também sinaliza que

os empreendedores demonstram atenção com o meio ambiente (98,3%), mas ainda sem efetivarem práticas sistemáticas nesse sentido. É igualmente comum o associativismo (77,6%).

Em relação à demanda, os visitantes desses empreendimentos são, em sua maioria, originários de regiões do entorno (68,5%), mas com bom alcance nacional em alguns casos (31,5%).

Atualmente o SEBRAE tem estimulado a criação de roteiros integrados de turismo no espaço rural em alguns estados brasileiros, com maior ou menor participação dos órgãos estaduais de turismo e de outros parceiros, como os *Conventions & Visitor Bureau*.⁶ Como exemplo, no Rio de Janeiro, podem ser vistos, em *site*⁷ próprio, oito destinos em que o SEBRAE atuou na formatação de roteiros rurais: Angra dos Reis, Ipiabas (Barra do Piraí), Boa Sorte (Cantagalo), Guapimirim, Santa Maria Madalena, Amparo (Nova Friburgo), Paraty e Trajano de Moraes.

Para esse resultado, o SEBRAE realizou capacitação voltada à formação de roteiros envolvendo microempreendedores rurais e promovendo a sensibilização e a mobilização dos atores envolvidos com a atividade. A divulgação dos roteiros inclui, além de informações sobre o destino e atrativos locais, orientações sobre receptivo, propostas de atividades e banco de imagens.

Outro levantamento realizado no país, em 2013, é o “Estudo Preliminar da Cadeia Produtiva: Turismo Rural”, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Roque, 2013). A pesquisa exploratória apresenta uma análise da cadeia produtiva do turismo rural brasileiro, que anuncia a escassez e a dispersão de informações no setor. Esta mostra um mapa de distribuição da atividade que confirma as informações do Retrato do Turismo Rural apresentado pelo SEBRAE, apontando a Região Sul, seguida da Região Sudeste, com maior oferta de turismo rural no país.

O estudo menciona que, no Rio Grande do Sul, o turismo rural se desenvolveu inicialmente de modo tímido na região de Lavras do Sul, tendo como diferencial a experiência da colheita, de vindimar das uvas e da participação em

⁶ Os *Conventions & Visitors Bureaux* são organizações não governamentais que buscam promover o desenvolvimento econômico e social do destino que representam, incentivando e fomentando a atividade turística.

⁷ www.turismoruralrj.com.br.

tropeadas e cavalgadas por campos e pradarias, associadas à roda de chimarrão e ao churrasco junto ao fogo de chão.

Em Santa Catarina, além das atividades rurais pioneiras de Lages, cidade conhecida como “capital nacional do Turismo Rural”, apresenta-se grande diversidade e riqueza do patrimônio rural – com experiências em Joinville e em São Martinho –, oferta de alimentos agroecológicos e forte associativismo.

O agronegócio está presente em Colônia Witmarsum, Carambeí, Colônia Castrolanda, Tibagi, Arapoti, Sengés, Prudentópolis e Colônia Entre Rios, e as atividades se organizam de modo cooperado.

No estado do Paraná, concentram-se pequenas e médias propriedades de agricultura familiar, encontrando-se também roteiros rurais no entorno da capital Curitiba, com valorização da araucária e de tradições culturais dos imigrantes italianos. Destaca-se a Rota do Agronegócio do Café, mas percebe-se também o início de uma oferta de turismo rural no maior destino internacional da região, Foz do Iguaçu, com vistas à integração do pequeno produtor.

Em Minas Gerais, são pioneiros os empreendimentos da Fazenda do Engenho, em Carrancas, além das fazendas de charme, roteiros nas serras e atividades fomentadas no entorno dos Parques Nacionais e Estaduais em Maria da Fé, Cruzília, Extrema, Santana dos Montes, entre outros. Demais destinos menos conhecidos são o Vale do Jequitinhonha, Aiuroca, Serra da Canastra e proximidades do Parque Nacional da Serra da Canastra e da Serra do Cipó.

Embora Minas Gerais não apareça no Retrato do SEBRAE sobre iniciativas empreendedoras em turismo rural, o estudo de Roque (2013) ressalta que a grande diversidade existente naquele território dá ao estado o reconhecimento pela maior oferta de empreendimentos em Turismo Rural no Brasil, ressaltando que também estão instalados ali grandes empreendimentos hoteleiros.

O estudo informa que o turismo rural se desenvolveu apenas a partir dos anos 2000 em São Paulo, por ser este um dos maiores polos agroprodutivos do país, afora iniciativas nos anos 1980 no Vale do Paraíba e na Região de Mococa.

A pesquisa apresenta, ainda, os seguintes polos rurais paulistanos: Ribeirão Preto, Litoral Norte Paulista, Campinas, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, com criação de consórcios voltados à proteção ambiental associada a atividades turísticas rurais, como em Santo Antônio do Pinhal na Fazenda Renópolis. Há também projetos de vivências do cotidiano agropecuário, integrados à valorização do patrimônio histórico das fazendas de café e de cana-de-açúcar. Alguns municípios distantes até 700 quilômetros da capital

do estado também oferecem atividades turísticas rurais, como Presidente Prudente, Araçatuba e Cardoso.

No Espírito Santo, as forças residem no agroturismo e no turismo de natureza, sendo reconhecidos, no segmento, os municípios de Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Conceição do Castelo, Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante, os dois últimos considerados precursores do turismo rural no Brasil. Venda Nova do Imigrante é hoje reconhecida como o “berço do agroturismo nacional”, servindo de modelo para o setor.

As ofertas, naquele estado, valorizam a paisagem e iguarias tradicionais e peculiares, como queijos especiais, embutidos e outras da cultura italiana e alemã. As ofertas incluem visitas a áreas de produção orgânica e a estações agroecológicas do Parque Estadual da Pedra Azul.

Surgem no estado capixaba novas rotas no entorno do Parque Nacional do Caparaó, envolvendo os municípios de Dolores do Rio Preto, Alegre, São José do Calçado, Ibitirana e Iúna, voltados, principalmente, ao ecoagroturismo. Observa-se ali a prática de hospedagem do tipo “cama e café”, com vivências de atividades do cotidiano rural.

O Rio de Janeiro é apresentado por sua herança do Brasil Colonial associada à produção rural, destacando-se no estado a paisagem natural e cultural. Além da Região do Vale do Paraíba, a Região da Serra destaca-se pelos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis, Itatiaia, com diversificadas atividades (pousadas rurais, produtores de queijos, plantio de bromélias, apiários, criatórios de cabras etc.); o documento ainda aponta o quanto tais iniciativas podem colaborar para a recuperação dos problemas ambientais que abateram o território fluminense em 2011.

O documento prossegue na exploração de outros exemplos das demais regiões brasileiras e, embora não apresente informações qualitativas, nem se tenha procedido à verificação de sua atualidade em face do dinamismo do fenômeno turístico, é um informativo importante para a avaliação dos potenciais recursos existentes no país, aguardando, ainda, por políticas mais efetivas de apoio e aplicação.

Considerações finais

Sobre as estratégias de apoio ao desenvolvimento do turismo no espaço rural brasileiro, o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (MTur, 2018), ora

em fase de atualização, ressalta a sanção da Lei n.º 13.171, de 21 de outubro de 2015, como medida importante para regulamentação do Turismo Rural, que passa a ser incluído no rol de atividades rurais, contrapondo-se à informalidade e à bitributação, sinal de algum avanço.

Dentre as estratégias para o desenvolvimento do turismo no país, o plano prevê o monitoramento do ordenamento e da estruturação de segmentos nos quais se inclui o Turismo Rural, informando sobre a necessidade de indicadores para a compreensão dos impactos gerados na economia.

Sinalizando, ainda, com a intenção de estimular o turismo rural, o MTur assinou, em 2018, acordo de cooperação técnica com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), prevendo ações de comercialização e promoção de produtos e serviços do setor, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária brasileira, incluindo a oferta de hospedagem em propriedades do ramo, a criação de roteiros gastronômicos e a capacitação de extensionistas rurais, conforme notícia divulgada no site daquela instituição em 2018.⁸

De todo modo, os estudos sobre o turismo em áreas rurais no Brasil ainda estão restritos, em grande parte, à apresentação de casos em andamento, que exaltam mais os benefícios perseguidos do que ações de planejamento, gestão e monitoramento com pesquisas que atendam a séries históricas.

São muitas as possibilidades de interseção de segmentos no espaço rural, onde o turismo rural pode se colocar como experiência agregadora, uma vez que carrega a possibilidade de provocar relações e trocas mais próximas e reais entre anfitriões e convidados.

Nota-se o crescimento orgânico de iniciativas criativas e agregadoras de valor à atividade turística, lugar onde o artesanato se fortalece e as manifestações culturais são resgatadas.

Desde os hotéis-fazenda, hotéis de charme, ranchos e pousadas, fazendas-hotéis, a restaurantes típicos, estâncias de criação de pequenos animais, haras, criação de trutas, atividades intensivas de olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, pesque-pagues, fabricação de cachaças e cervejas artesanais, visitas a vinhedos e a cafezais, exposições agropecuárias, festas rurais e rodeios, a cada dia diversas atividades e serviços são iniciados em cada canto

⁸ Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11584-coopera%C3%A7%C3%A3o-para-fortalecimento-do-turismo-rural.html>.

do país, alguns caminhando pela estrada firme do profissionalismo, enquanto outros – desprovidos de amparo e orientação – se perdem à margem do amadorismo e do sonho do turismo como panaceia.

Do que se observa, as publicações anteriores do MTur, conforme mencionadas e mesmo a edição do Plano Nacional e Turismo 2018-2022 por si só não sugerem fortes indicativos de que muita coisa mudou em relação às políticas públicas de desenvolvimento do turismo rural no Brasil.

De modo geral e comparativamente, as metas da Política Nacional de Turismo da Embratur, em 1999, e as metas do Plano Nacional de Turismo 2018-2022 do MTur apenas sinalizam que estamos seguindo em frente.

Há que se ter cuidado, entretanto, em olhar mais adiante para antever o que nos aguarda, parecendo ser mais seguro buscar o amparo de investimentos concretos em desenvolvimento sustentável e integrado, a exemplo de países como França, Portugal, Itália e Espanha, ao menos em matéria de turismo em espaço rural.

Referências

- ALENTEJANO, P. R. R. *O que há de novo no rural brasileiro?* São Paulo: Terra Livre, n. 15, pp. 87-112, 2000.
- BALASTRERI RODRIGUES, A. “Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional”. In LEMOS, Amalia Inés Geraiges de et al. (orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO, 2016.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília/DF: Embrapa/UNICAMP, 2004.
- CRISTÓVÃO, A. et al. (orgs.). *Turismo Rural em tempos de novas ruralidades*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. *O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98*. Apresentado no III Encontro de Jovens Agricultores Cooperativista a Caminho da Sustentabilidade – III EJACC. Campinas: UNICAMP, 1999. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/ONovoRuralBrasileiro1992-98.pdf>

_____. *O novo rural brasileiro*. 2 ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

_____ et al. “Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil”. *CADERNO CRH*, n. 28, pp. 113-55, Salvador, jan./jun. 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional do Turismo, 2003-2007*. Brasília-DF: MTur, 2004.

_____. Secretaria de Políticas de Turismo (coord.). KRAHL, M. F. L. e SANTANA, A. N. M. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural*. Brasília-DF: MTur, 2004.

_____. *Hábitos de consumo do turismo do brasileiro*. Brasília-DF: MTur, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. *Turismo Rural: Orientações Básicas*. Brasília-DF: MTur, 2010.

_____. *Plano Nacional do Turismo 2018-2022*. Brasília: MTur, 2018.

_____ e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Caminhos do Brasil Rural. Agricultura familiar, turismo e produtos associados*. Brasília, DF: MTUR e MDA, 2008.

ROQUE, A. *Estudo preliminar da cadeia produtiva: turismo rural*. Brasília-DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2013.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. “A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação”. In GRAMMONT, H. C. e MARTINEZ VALLE, L. (orgs.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, v. 1, pp. 132-61, 2009.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Retrato do turismo rural no Brasil com foco nos pequenos negócios*. Brasília-DF: SEBRAE, 2013.